

EDITORIAL

Caros leitores e leitoras,

A assistência à saúde para pessoas privadas de liberdade é assegurada como um dos direitos sociais, no âmbito da Constituição Federal de 1988, regulada pela Lei 8.080/1990 que institui o Sistema Único de saúde (SUS) e, ainda, encontra-se prevista nas diretrizes estabelecidas pela Lei de Execução Penal -7.210/1984 (LEP).

A LEP dispõe sobre as medidas de caráter preventivo e curativo no interior do sistema penitenciário. Assim, o acesso à saúde deve observar a premissa da garantia de direitos, orientada pelos princípios da equidade, integralidade e universalidade do atendimento ao usuário.

Como desdobramento da previsão e garantias legislativas, encontra-se a Cooperação Interministerial entre o Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, que instituiu a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), prevista pela Portaria nº 01/2014, que conta com a adesão de todas as unidades federativas.

O Dossiê “Saúde no Sistema Prisional” - Política Pública, Assistência à Saúde e a Pandemia de COVID-19, da RBEP, propõe-se a iluminar esses contornos institucionais ao proporcionar visibilidade aos mecanismos de promoção, prevenção e assistência à saúde, abarcados no campo das previsões legais. Além disso, apresenta os desafios encontrados pelas áreas “penitenciária e da saúde” para a efetiva execução da política pública em contexto da pandemia de Coronavírus (SARS-CoV-2).

O periódico reúne produções que congregam conhecimentos relacionados ao dispositivo de assistência à saúde penitenciária, com a intenção de refletir sobre (i) o alcance da política de saúde; (ii) a efetividade do atendimento ao usuário in loco; (iii) a atuação da gestão para promover práticas humanizadas e a valorização dos usuários, operadores do sistema penitenciário e demais sujeitos envolvidos na execução da saúde (como prevê a PNAISP); e (iv) as análises sobre as medidas emergenciais, protocolos e demais iniciativas mobilizadas pelos gestores e técnicos, na esfera estadual e no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, associados aos relatos sobre os desafios encontrados para reduzir os danos ocasionados pelo Coronavírus no sistema prisional brasileiro.

Os textos reunidos no dossiê apresentam distintas perspectivas sobre como vem se efetivando a assistência à saúde e a gestão da pandemia de COVID-19 no Brasil. Fato que contribui para proporcionar o debate técnico-científico, a for-

mação de agendas inovadoras para o fortalecimento da política penitenciária, e, principalmente, para consolidar, cada vez mais, o diálogo plural e democrático no espaço institucional do Depen.

A edição está organizada nas seções: Artigos, Relatos de Experiências, Artigos em Fluxo Contínuo, Entrevistas e Documentos e Notas Técnicas.

A seção “Artigos” reúne quatro Artigos que compõem a seção inicial do dossiê temático.

O primeiro artigo do dossiê, intitulado *Recomendações convergentes? Documentos sobre a proteção à saúde prisional no início da pandemia de COVID-19*, de autoria de José Ferdinando Ramos Ferreira, Helena Salgueiro Lermen e Martinho Braga Batista e Silva, analisa as recomendações científicas e produzidas no âmbito da saúde prisional, no início da pandemia. O estudo identifica os documentos pioneiros, produzidos por entidades científicas na perspectiva de controlar ou reduzir o impacto da pandemia no cárcere.

Os autores Susana Inês de Almeida e Silva e Renato Vieira Tormin contribuem com o artigo *A monitoração eletrônica de pessoas presas em tempos de covid-19: o desafio da gestão da política nacional*. O artigo procura analisar a expansão e utilização da monitoração eletrônica de pessoas presas como medida de prevenção à contaminação pelo Coronavírus e manutenção das vidas de pessoas privadas de liberdade. A análise ocupou-se da consulta de normativos do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e relacionados à aplicação da monitoração eletrônica durante o ano de 2020.

No artigo *A saúde apesar da inserção no sistema prisional: relato sobre a atenção à saúde na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser – Aparecida de Goiânia*, as autoras Deborah Ferreira Cordeiro Gomes e Soraia Pereira Silva, buscam analisar a execução da política de saúde com especial atenção aos cuidados e atenção à saúde da mulher privada de liberdade.

Já o texto *Do previsto ao possível: percepções de profissionais de saúde sobre as capacitações ao ingressarem profissionalmente no Sistema Prisional – Mato Grosso* (Weslen Santana Padilha e Reni Barsaglini) expõe as percepções de profissionais de saúde sobre as capacitações ao ingressarem profissionalmente no Sistema Prisional estadual. A investigação utilizou-se de entrevistas realizadas com 22 profissionais de saúde e traz considerações, na direção que a profissionalização do Sistema Prisional requer “a atuação crítica, reflexiva, criativa, ética e comprometida com a saúde como direito social,” considerando a qualificação profissional como pré-requisito à concretização.

A segunda seção “Relatos de Experiências” visa contribuir para o intercâmbio técnico–científico das duas dimensões relevantes para a política editorial da revista, mediante o fomento de conhecimentos empíricos e trocas experiências desenvolvidas no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais e federal, além da exposição sobre as principais medidas adotadas pelo Depen no âmbito do poder executivo federal. A seção é composta por oito relatos:

- (a) Sob o título *Atuação do Departamento Penitenciário Nacional na pandemia da COVID-19 com foco na prevenção e na atenção à saúde no sistema prisional*, a Coordenação de Saúde do Depen, apresenta as ações adotadas pelo órgão e instituídas a partir de eixos temáticos. A formulação de eixos buscou produzir (i) normativos e orientações técnicas em apoio aos gestores de saúde dos sistemas prisionais estaduais; (ii) orientar a compra e doação de insumos; e o (iii) desenvolvimento de ações de educação em saúde e, com isso, postergar e minimizar os impactos da nova doença no contexto prisional.
- (b) O segundo relato de experiência apresenta o Projeto Prisões Livres de Tuberculose, elaborado pela Coordenação de Saúde, descreve os avanços e desafios enfrentados na promoção e prevenção da saúde às pessoas privadas de liberdade, como resposta aos altos indicadores de tuberculose no sistema penitenciário. A contribuição indica a relevância da ação difundida pelo projeto pactuado por meio de Termo de Execução Descentralizada, entre o Depen e a Fiocruz/Brasília.
- (c) O texto *A execução de convênios para a política pública de saúde no sistema prisional do estado do Tocantins* (Dórkas Pereira Borges e Bárbara Risomar de Sousa) relata a experiência sobre a execução de instrumentos de repasse previstos no âmbito do Depen para o fomento da política pública de saúde no sistema prisional.
- (d) O relato *Fatores e medidas de proteção adotadas em uma unidade prisional do Paraná durante a pandemia da COVID-19*, de autoria de Manuela Kaled e Cláudio Rogério Alves da Silva, busca identificar os principais fatores de risco e as medidas de prevenção adotadas para a população privada de liberdade e de servidores que atuavam na unidade observada durante o início da pandemia.
- (e) A produção intitulada, *O enfrentamento da pandemia por COVID-19 no sistema prisional de Manaus: uma análise das normas*

jurídicas (Christianne Corrêa Bento da Silva e Marcilio Sandro de Medeiros) examina, por meio de levantamento documental o conjunto de normas jurídicas elaboradas com a finalidade de prevenir e reduzir os danos proporcionados pela pandemia no sistema prisional da cidade de Manaus.

- (f) A autora Bruna Estefania Carvalho da Costa, descreve os Protocolos de enfrentamento a COVID-19 e resultados alcançados no sistema prisional de Minas Gerais a partir de pesquisas bibliográfica e documental, e indica quais foram os protocolos adotados; as pactuações entre as instituições públicas, e as dificuldades encontradas para a efetivação de medidas eficazes ao enfrentamento ao vírus no estado de Minas Gerais.
- (g) O título *Pandemia COVID-19 e políticas públicas em saúde penitenciária: breve contextualização em Mato Grosso* (Thayla F. Souza e Silva, Lenil Figueiredo da Costa e Olga A. Leiva Cabelho de Santana), relata as experiências de profissionais da gestão e da assistência em saúde penitenciária, que atuaram na linha de frente no combate da disseminação da COVID-19, no sistema prisional de Mato Grosso durante os seis primeiros meses de isolamento e distanciamento social. A descrição identifica que a pandemia fortaleceu as relações entre poder executivo, nas três esferas (federal, estadual e municipal) e, ainda, com o sistema de justiça, proporcionando avanços para a efetivação da política de atenção à saúde prisional.
- (h) Por fim, o relato *Procedimentos adotados pelo Estado do Espírito Santo para o enfrentamento da COVID -19 nos Presídios Capixabas* (Clemildo de Souza Lima), que explicita as providências (protocolos de prevenção e tratamento) adotadas pelo estado do Espírito Santo, na direção de evitar e/ou reduzir a propagação do vírus entre a população carcerária, servidores e demais profissionais que atuam em contato com as pessoas presas.

A seção “Artigos em Fluxo Contínuo” traz três textos com abordagens temáticas e usos metodológicos distintos.

O primeiro com o título *Comparative studies in economic crime: old behaviours, new challenges*, Pery Francisco Assis Shikida, redigido na língua inglesa, utiliza-se do referencial teórico – economia do crime – para analisar a criminalidade e a percepção sobre retorno econômico e custo do “delito”. Para isso, mobilizou dados obtidos mediante a aplicação de questionários/entrevistas com 670 pessoas presas

nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Acre, que de acordo com o estudo encontravam-se envolvidas em atos ilícitos considerados “crimes econômicos” (tráfico de drogas, furto e roubo, entre outros).

O segundo artigo, intitulado: *Políticas públicas de educação em prisões: conclusões sobre o processo de implementação em penitenciárias de Mato Grosso do Sul e São Paulo*, a autora Flávia Fernandes, discute os resultados de pesquisa sobre o processo de implementação das políticas públicas educacionais em duas penitenciárias localizadas nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. O artigo apresenta análise qualitativa das normatizações, de entrevistas com pessoas presas e com os profissionais envolvidos na dinâmica educacional e lotados nas Secretarias de Educação e de Administração Penitenciária.

O artigo *Visitas Técnicas em Prisões, Preconceitos e Estigmas: descobrindo as gaiolas que nos prendem* (Arlindo da Silva Lourenço; Cristiane Regina da Cruz; Carlos Eduardo Borbolla; Fernanda Aparecida Santos de Carvalho; Samanta Amorim Buratto; Thárcila Alves de Oliveira) problematiza os estigmas e os preconceitos relacionados à vida no cárcere e, por sua vez, dialoga de maneira crítica sobre a extensão dos efeitos do aprisionamento, os quais para os autores não estão circunscritos às pessoas privadas de liberdade, mas são extensivos aos servidores penitenciários, aos familiares e à própria sociedade.

Na seção “*Entrevistas*”, Giovanni Tartaglia Polcini, magistrado e coordenador do pilar Penitenciário do Programa *EL PAcCTO* dialoga com o Juiz Federal, Walter Nunes, sobre medidas impostas para o cumprimento de pena e o modelo 41 bis na Itália.

Por fim, a seção “*Documentos e Notas Técnicas*” reúne conjunto de documentos institucionais formulados pelo Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional, visando minimizar os impactos da pandemia de COVID-19 no sistema prisional brasileiro.

Que a leitura seja proveitosa!

Brasília, DF, 08 abril de 2021.

ELI NARCISO DA SILVA TORRES
ORGANIZADORA